

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIV, nº 53 – SETEMBRO / 2016

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310

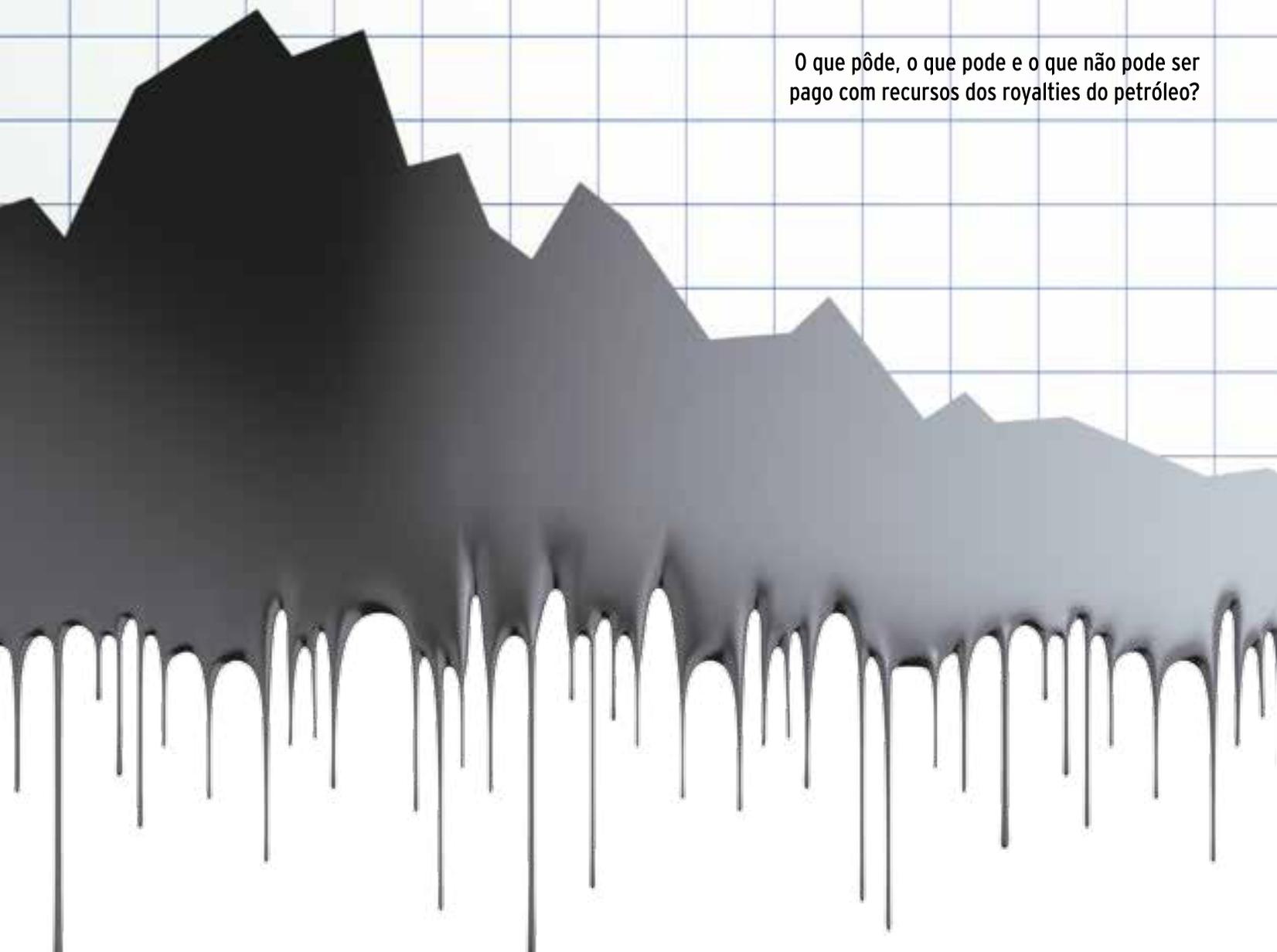
Petróleo e Royalties misturando as escalas.
Editorial por José Luis Vianna da Cruz.

Suprema incerteza:
E se o STF validar a pulverização dos royalties?

Ameaças às finanças públicas do município
de Campos dos Goytacazes/RJ.

Os impactos das receitas das rendas do
petróleo sobre a opção de financiamento das
Políticas Habitacionais e na produção do espaço
urbano em Campos dos Goytacazes e Macaé

O que pôde, o que pode e o que não pode ser
pago com recursos dos royalties do petróleo?



PETRÓLEO E ROYALTIES MISTURANDO AS ESCALAS

À escala mais macro, a economia do petróleo sofre nova reestruturação, a partir da crise dos preços no mercado mundial e da movimentação geopolítica desencadeada pelas mudanças nas matrizes energéticas dos países, premida, dentre inúmeros fatores, pelo avanço da China nas energias alternativas, particularmente na eólica e solar. Além da complexidade dos fatores constitutivos da atual crise, que não é o objeto deste Editorial, no caso brasileiro, é importante destacar que esse elemento complicador vem somar-se a um conjunto de problemas que se arrastam ao longo do tempo, desde o boom da indústria petrolífera brasileira, na década de 70, em resposta às crises de então, até os novos fatores estressantes, decorrentes da crise da Petrobras e das rendas petrolíferas. Há 13 anos, o Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR) vem tratando das virtudes e dos benefícios, mas, também, dos impasses, das contradições e dos conflitos que envolvem a economia do petróleo e a distribuição das suas rendas compensatórias, particularmente à escala municipal. Tornou-se uma tribuna em que as diversas posições, perspectivas e projetos de grupos e segmentos sociais envolvidos nas multidimensões da indústria petrolífera têm sido veiculadas, ao lado da análise acadêmica. O Boletim tem, ainda, trazido as experiências internacionais e nacionais sobre as questões que envolvem a indústria do petróleo e a distribuição e uso das suas rendas.

Nessas questões diversas, escalas são envolvidas ora como *lóci* dos fenômenos estudados, ora como níveis de articulação e disputa dos

investimentos e dos recursos gerados pela indústria petrolífera. O Rio de Janeiro, por ser o estado que, a partir do final dos anos 1970, com a exploração na plataforma continental da Bacia de Campos, tornou-se o maior produtor do País e foco importante dos trabalhos publicados, referentes, em grande parte, à dinâmica regional do Complexo de E&P no Norte Fluminense-NF.

O Boletim é uma criação do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes-UCAM, Campos dos Goytacazes/RJ, desde 2016, um Programa de Mestrado e Doutorado, com apoio inicial da FAPERJ e do CNPQ, e, atualmente, mantido exclusivamente pela UCAM. Sua produção gerou a publicação de um livro, em 2003, uma coletânea de seus artigos, em comemoração aos 10 anos de publicação ininterrupta, com apoio da FAPERJ, e ensejou a criação, em 2006, do Inforoyalties, site de informação atualizada sobre a distribuição das rendas petrolíferas por todos os entes federativos e de governo, e de produção de estatísticas cruzadas com população e orçamento, atualmente apoiado pela FAPERJ.

Sempre decisivo nos momentos de mudanças na legislação – quando foi fonte de referência para os debates sobre a redistribuição nacional das rendas petrolíferas, no Congresso Nacional –, o Boletim vem focando, desde o final de 2014, as discussões sobre a crise dos preços internacionais e seus rebatimentos sobre as finanças do pequeno número de municípios produtores privilegiados, os “velhos” novos ricos da década de 2000, ou os *petrorrentistas*, caracterizados por viverem das rendas do petróleo, sem con-

trapontos à crescente dependência dessas rendas, em maior ou menor grau.

Essa discussão é atravessada por fatores internacionais, nacionais, pontuais e históricos, como os critérios de distribuição e de uso das rendas nas leis, nas normas, e nas práticas dos entes municipais privilegiados. Essa discussão, como transparece nos artigos publicados, envolve a disputa federativa, e, portanto, a União, os estados e os municípios; abrange questões epistemológicas, como a natureza da renda e suas consequências práticas, em termos dos princípios e valores que devem orientar as leis, as normas e as políticas públicas; e envolve questões, à escala local, que se imbricam com as escalas regional e nacional, tais como o que fazer com as ameaças que a nova Lei – que pulveriza os recursos pelos municípios – traz para essas políticas e para as possibilidades de se beneficiar dessa riqueza, por um lado; e, como tratar a tragédia, ora vivida pelos municípios que perdem suas rendas bilionárias da noite para o dia, ao lado da tragédia, anunciada, dos “novos” novos ricos, isto é, dos pequenos municípios litorâneos paulistas agraciados com as rendas da nascente produção da camada do Pré-Sal da Bacia de Santos.

Para ilustrar, segue um quadro da evolução comparativa da população, das rendas e dos orçamentos per capita dos dois municípios produtores “velhos” novos ricos *petrorrentistas* mais importantes da Bacia de Campos, em termos da economia regional do petróleo do ERJ – Campos e Macaé – com as de dois dos mais promissores candidatos a “novos” novos ricos, também *petrorrentistas*, da Bacia de Santos.

Evolução da população, renda e orçamento per capita dos municípios selecionados				
Município	População (2014)	Rendas Petrolíferas (2009-2014)*	Orçamento/Capita (2012-R\$) **	Orç./Capita (2009-012)**
Campos dos Goytacazes (RJ)	463.545	-5,40 %	5.185,00	58,7 %
Macaé (RJ)	206.748	16,96 %	9.581,00	60,43%
Ilhabela (SP)	28.176	600 %	5.717,00	82,3 %
Ilha Comprida (SP)	9.027	984 %	9.733,00	186 %

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Inforoyalties. *Data inicial referente ao período anterior ao lançamento do projeto do Pré-Sal; data final referente ao último ano antes da crise internacional do preço do petróleo, para evitar inclusão de variáveis fora das finalidades deste quadro. **2012 é o último ano em que há informações oficiais disponíveis no site do FINBRA sobre os orçamentos dos quatro municípios selecionados.

Como pode ser observado no quadro, há um nítido movimento de redução do ritmo de crescimento das rendas petrolíferas recebidas pelos municípios do ERJ, ao passo que há uma verdadeira explosão desse ritmo nos pequeninos municípios do ESP, repercutindo tanto nos valores absolutos per capita como no crescimento desses valores, favorecendo os “novos” novos ricos de São Paulo. Deve-se registrar que i) Campos e Macaé vêm usufruindo do crescimento das rendas desde 1999, em consequência da Lei do Petróleo, de 1997; a produção do petróleo do pós-sal já começa a declinar, mas a produção do pré-sal começa a crescer; porém, a queda nos preços, a iminente mudança na legislação e as novas áreas produtoras tendem a manter o clima de crise na região produtora do ERJ, pela inevitabilidade da redução no patamar dos valores que usufruíram durante 15 anos; ii) Os dois municípios aqui selecionados, do ESP, beneficiados com a crescente produção do pré-sal, são um exemplo do filme que já assistimos no ERJ, cujo enredo é dependência, monolitismo e monocultura, desperdício e mal uso, como se fosse um arremedo da *maldição dos recursos naturais*.

As análises apontam, como consequência da forma como as rendas vêm sendo distribuídas e geridas: dependência sem desenvolvimento, segurança, suporte, ou alternativa, de curto, médio e longo prazos - deficiência decorrente da ausência de política territorial e regional, de desenvolvimento, multiescalar -, o que reforça a tendência de enclave e de uma espécie de versão local, utilizando de forma flexível o termo da *maldição dos recursos naturais*. Tais fenômenos viraram tragédia com a queda dos preços e esvaziam

esperanças, com a promulgação da nova lei de dispersão dos recursos.

A crise dos preços internacionais, a crise da Petrobras, o novo marco regulatório e a expansão da produção na camada do pré-sal, com a entrada de muitas novas áreas de exploração, tendem a agravar a questão dos impactos territoriais, urbanos, sociais e ambientais da indústria de E&P de petróleo e gás, reconduzindo ao centro do debate a questão da vinculação da distribuição e uso das rendas a um projeto nacional de desenvolvimento, multisetorial, multiescalar e inter-regional.

Assim sendo, este número do BPRR traz quatro artigos importantes para o debate. Em “Suprema incerteza: e se o STF validar a pulverização dos royalties?”, os autores Carlos Gustavo S. M. Smiderle e Marcelo Carlos Gantos enfrentam, com coragem e propriedade, a questão posta pela Lei 12.734/12, aprovada no Congresso - e que, por via de recurso, aguarda decisão do STF-, da pulverização das rendas, ora concentrados em pouquíssimos municípios, por todos os entes federativos. O artigo confronta a nova situação prevista na Lei com o atual recurso de alguns municípios da região à antecipação do recebimento das rendas futuras, através da contração de empréstimos bancários, configurando uma verdadeira “venda do futuro”, de um futuro incerto, de prognósticos altamente desfavoráveis.

No segundo artigo, “Ameaças às finanças públicas do município de Campos dos Goytacazes/RJ”, Lívia Louzada de Moraes detalha alguns temas do primeiro, retomando a questão da redistribuição das rendas petrolíferas proposta pela Lei 12.734/2012, des-

dobramento do novo marco regulatório e do cenário internacional, pelo ângulo nos impactos nas finanças municipais de Campos dos Goytacazes, o maior e mais importante município da região, face à ausência de diversificação produtiva e ao passivo deixado pelos investimentos em infraestrutura que precisam ser sustentados.

Em “Os impactos das receitas das rendas do petróleo sobre a opção de financiamento das Políticas Habitacionais e na produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes e Macaé”, Julio Cezar Pinheiro de Oliveira trata das opções diferenciadas, dos dois municípios aqui destacados como os mais importantes da Bacia de Campos, no plano das políticas de habitação, tendo um optado por uma política municipal, a partir das rendas petrolíferas, e o outro, pela política federal. O artigo discute as implicações dessas opções no quadro de referência das questões enfrentadas pela indústria petrolífera regional fluminense.

Finalmente, na seção Opinião, Sérgio Honorato dos Santos, em “O que pôde, o que pode e o que não pode ser pago com recursos dos royalties do petróleo”, recapitula a evolução da legislação sobre o uso das rendas petrolíferas, desnudando suas omissões, limitações, contradições, e, acima de tudo, sua insuficiência em dar conta da natureza, complexidade e desafios que a questão coloca para o desenvolvimento e o bem-estar social.

Esperamos que este número, lançado no re-demoinho de problemas em que a indústria do petróleo está enredada, desde a escala local à escala mundial, mantenha a tradição de contribuição para o debate.

3º SNPD SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

V ENCONTRO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PURD

XV SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO

DATA: 19 e 20 de outubro

LOCAL: Candido Mendes -Campos/RJ

INSCRIÇÕES ABERTAS